

Realização



institutocidades

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARRO ALTO/GO

Auditor do Controle Interno

Instruções Gerais

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um **caderno de Questões**, contendo 40 questões de múltipla escolha.
 - Um **cartão de Respostas**.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- A Prova terá tempo de duração de **03 (três)** horas corridas. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Este tempo inclui a marcação do Cartão de Respostas.
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas devidamente assinados.
- O Candidato, poderá retirar-se do local de Provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início das Provas podendo anotar suas opções de respostas no canhoto que será entregue durante a prova. O Candidato **não** poderá retirar-se do local de realização das Provas escritas levando o Caderno de Provas.
- Os **03 (três)** últimos Candidatos de cada sala, só poderão ser liberados juntos.
- O gabarito e a prova serão divulgados em 24 horas, no site do Instituto Cidades: www.institutocidades.org.br. Não haverá consulta de gabarito e resultado por telefone.
- Leia atentamente cada questão e assinale no Cartão de Respostas a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O Cartão de Respostas **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no Cartão de Respostas é cobrindo fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:

	A	B	C	D	E
01	●	○	○	○	○
02	○	●	○	○	○
03	○	○	●	○	○
04	○	○	○	●	○
05	○	○	○	○	●

BOA PROVA !

- **Atenção:** Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas** pela leitora ótica.

Nome: _____

Número de Inscrição: _____



LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 01
A queda dos populares

Eduardo Sodré (24/05/2015)

01 Desde o início dos anos 2000, a participação nas
02 vendas dos carros 1.0 vem diminuindo
03 gradativamente. Os modelos populares -que na
04 década passada chegaram a representar 74% do
05 mercado nacional- começaram a perder espaço.
06 Em 2011, a participação dos "mil" já havia caído
07 para 46%. No ano passado, chegou a 31,2%.
08 Esses dados ajudam a entender o que acontece
09 no mercado brasileiro neste momento.
10 Nos recentes tempos de _____¹, houve forte
11 migração de clientes entre o segmento de entrada e
12 os nichos superiores. Havia a possibilidade de trocar o
13 carro "mil" por um modelo de motor maior gastando
14 um pouco mais com a prestação. As montadoras
15 acompanharam o interesse do cliente e adaptaram o
16 mix de produção.
17 Com o encolhimento do crédito e os receios
18 atuais dos consumidores, as vendas começaram a
19 cair. Os mais sensíveis são exatamente aqueles que
20 têm o objetivo de comprar carros novos populares, de
21 menor preço por força dos incentivos tributários.
22 Portanto, onde antes havia migração, agora há
23 estagnação. Mesmo os 1.0 que lideram o ranking de
24 vendas (Fiat Palio Fire, por exemplo) não alcançam os
25 mesmos volumes de alguns anos atrás.
26 Como a produção de automóveis no Brasil
27 concentra-se no setor de compactos, é preciso
28 paralisar fábricas inteiras à espera da redução de
29 estoques.
30 Mas ainda ocorre migração: muitos clientes estão
31 trocando seus carros compactos (acima de 1.0) e
32 médios pelos novos utilitários, que vão bem no
33 mercado.
34 Honda HR-V e Jeep Renegade são os melhores
35 exemplos. As lojas têm filas de clientes nos fins de
36 semana apenas para fazer o test drive.
37 Quando a crise passar, veremos que o setor
38 automotivo no Brasil estará bem diferente. Os SUVs
39 terão participação bem mais relevante, e a fatia dos
40 populares deverá cair para menos de 25%.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eduardosodre> Acesso em: 24/05/2015

01.A partir da leitura do texto 01, podemos afirmar que ele é um exemplar do gênero textual:

- A) Artigo de opinião
- B) Coluna
- C) Notícia
- D) Reportagem

02.Entre o primeiro e o segundo parágrafo do texto 01, embora haja uma relação clara, esta relação não foi marcada por um conectivo. Caso queiramos colocar um conectivo, no início do 2º parágrafo, o único que mantém a relação entre os parágrafos inalterada é:

- A) Com isso
- B) Apesar disso
- C) Portanto
- D) Já que

03.A função da linguagem predominante no texto 01 é:

- A) Conativa
- B) Emotiva
- C) Metalinguística
- D) Referencial

04.Ainda a partir da leitura do texto 01, podemos afirmar que são fatores que levaram à queda nas vendas de carros populares no Brasil:

- I. A opção dos clientes por modelos mais caros.
- II. A diminuição da oferta de crédito.
- III. A paralisação das fábricas que produzem estes automóveis.

Está correto o que se afirma em:

- A) I apenas
- B) I e II apenas
- C) II e III apenas
- D) I, II e III

05.A partir da leitura do texto 01, podemos inferir que se os brasileiros optarem por comprar menos carros compactos e passarem a dar preferência aos SUV's:

- A) A oferta de crédito voltará a ser maior.
- B) Haverá o incremento das exportações de automóveis compactos.
- C) Correremos o risco de promover o desemprego nas fábricas de automóveis brasileiras.
- D) Os efeitos da crise econômica serão atenuados.

06.Observe o trecho:

Havia a possibilidade de trocar o carro "mil" por um modelo de motor maior gastando um pouco mais com a prestação. As montadoras acompanharam o interesse do cliente e adaptaram o mix de produção.

Resolvemos retirar o ponto final que havia entre o primeiro e o segundo período reproduzidos acima e o reescrevemos sem este ponto, o que foi feito mantendo o mesmo sentido que há no texto em:

- A) Havia a possibilidade de trocar o carro "mil" por um modelo de motor maior gastando um pouco mais com a prestação, apesar disso, as montadoras acompanharam o interesse do cliente e adaptaram o mix de produção.
- B) Havia a possibilidade de trocar o carro "mil" por um modelo de motor maior gastando um pouco mais com a prestação, acompanhando o interesse do cliente e adaptando o mix de produção.
- C) Havia a possibilidade de trocar o carro "mil" por um modelo de motor maior gastando um pouco mais com a prestação, apesar de as montadoras terem acompanhado o interesse do cliente e terem adaptado o mix de produção.
- D) Havia a possibilidade de trocar o carro "mil" por um modelo de motor maior gastando um pouco mais com a prestação, por isso as montadoras acompanharam o interesse do cliente e adaptaram o mix de produção.



07. Em relação ao texto 01, podemos afirmar que sua macroestrutura está organizada na sequência:

- A) Narrativa
- B) Argumentativa
- C) Expositiva
- D) Injuntiva

08. Observe o trecho “Mas ainda ocorre migração: muitos clientes estão trocando seus carros compactos (acima de 1.0) e médios pelos novos utilitários, que vão bem no mercado.” (l.30-33). A partir da leitura deste trecho, podemos inferir que:

- A) Os clientes que migraram dos carros populares para carros com motor maior estão agora preferindo os SUV’s.
- B) Os clientes que compravam carros “mil” hoje compram “SUVs”
- C) A crise econômica está afetando o mercado automotivo, principalmente, nos segmentos de veículos mais caros.
- D) Os utilitários só conseguirão um bom volume de vendas quando a crise passar.

09. A forma ortográfica da palavra que preenche o espaço vazio 01 no texto 01 é:

- A) Bonanssa
- B) Bonanza
- C) Bonaça
- D) Bonança

10. No trecho “Como a produção de automóveis no Brasil concentra-se no setor de compactos, é preciso paralisar fábricas inteiras à espera da redução de estoques.” (l.26-29) a crase na expressão sublinhada.

- A) Está correta e é obrigatória.
- B) Está correta, mas não é obrigatória e também estaria correto o trecho se estivesse sem a crase.
- C) Está incorreta por tratar-se de uma locução prepositiva cujo núcleo é uma locução prepositiva.
- D) Está incorreta porque o verbo esperar é transitivo direto.

11. O trecho “Os mais sensíveis são exatamente aqueles que têm o objetivo de comprar carros novos populares, de menor preço por força dos incentivos tributários.” (l.19-21) permanecerá sem falhas de pontuação apenas em:

- A) Os mais sensíveis, são exatamente aqueles que têm o objetivo de comprar carros novos populares de menor preço, por força dos incentivos tributários.
- B) Os mais sensíveis são exatamente aqueles que têm o objetivo, de comprar carros novos populares de menor preço, por força dos incentivos tributários.
- C) Os mais sensíveis são, exatamente aqueles que têm o objetivo de comprar carros novos populares de menor preço, por força dos incentivos tributários.
- D) Os mais sensíveis são, exatamente, aqueles que têm o objetivo de comprar carros novos populares, de menor preço, por força dos incentivos tributários.

12. No trecho “Portanto, onde antes havia migração, agora há estagnação.” a palavra grifada pertence à classe gramatical dos:

- A) Advérbios
- B) Adjetivos
- C) Pronomes demonstrativos
- D) Pronomes relativos

13. Já na expressão “que vão bem no mercado” (l.32-33) a palavra sublinhada pertence à classe gramatical do(a)s:

- A) Conjunções
- B) Preposições
- C) Pronomes adjetivos
- D) Pronomes relativos

14. São características frequentes do gênero textual “Artigo de opinião” todas as abaixo, EXCETO:

- A) Apresentar a sequência argumentativa como macroestrutura mais frequente.
- B) Ser um texto mais preocupado em emitir uma opinião que em dar uma informação.
- C) Ter um jornalista como seu autor.
- D) Ter como autor um especialista no tema tratado.

15. São características frequentes do gênero textual “Coluna” todas as abaixo, EXCETO:

- A) Ser uma publicação regular em determinada publicação (jornal, revista)
- B) Apresentar a sequência narrativa como macroestrutura mais frequente.
- C) Deixar claro quem é a pessoa que a escreve.
- D) Permitir certa variação no registro utilizado pelo autor (mais ou menos formal)

Texto 02



Disponível em: <http://www.lpm-blog.com.br/?p=14602> Acesso em 26/05/2015



16. Comparando-se os gêneros textuais (não apenas os textos) representados pelos textos 01 e 02, encontramos diferenças marcantes de:

- I. Público alvo
- II. Propósito comunicativo
- III. Registro

Está correto o que se afirma em:

- A) I apenas
- B) II e III apenas
- C) III apenas
- D) I, II e III

17. A sequência textual predominante no texto 02 é:

- A) Narrativa
- B) Descritiva
- C) Argumentativa
- D) Dialogal

18. São características frequentemente encontradas no gênero textual “tirinha”, do qual o texto 02 é um exemplar, EXCETO:

- A) Temática humorística.
- B) Ausência de linguagem coloquial.
- C) Existência de um personagem principal.
- D) Combinação de linguagem verbal e não verbal.

19. O autor do texto 02 cria no primeiro quadrinho do texto 02 uma expectativa que é quebrada em seguida. Esta expectativa é a de que seu personagem principal:

- A) Tem prazer em desenhar
- B) Não mais exerce sua profissão
- C) Desenha para o público infantil
- D) Se arrependeu de ter sido cartunista

20. A frase escrita no primeiro balão do texto 01 permanece correta em:

- A) Lutei a vida toda para dar dignidade à minha profissão.
- B) Lutei ha vida toda para dar dignidade à minha profissão.
- C) Lutei a vida toda para dar, dignidade a minha profissão.
- D) Lutei a vida toda para a dar dignidade a minha profissão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Em relação à receita e despesas públicas, marque a opção INCORRETA:

- A) As Receitas Públicas são consideradas ingressos financeiros no patrimônio público.
- B) A despesa compreende os recursos gastos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício.
- C) Segundo a classificação econômica da despesa, as despesas são desdobradas nas seguintes categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital.
- D) As receitas públicas são classificadas em três grandes grupos: receitas originárias, receitas derivadas e receitas semiderivadas.

22. O Direito Tributário é o conjunto das leis reguladoras da arrecadação dos tributos (taxas, impostos e contribuição de melhoria), bem como de sua fiscalização. Em relação aos tributos, associe as definições aos conceitos e, em seguida, assinale a sequência correta:

- (I) Tributo
- (II) Imposto
- (III) Taxa
- (IV) Contribuição de Melhoria

- () É classificado como um tributo não vinculado, por possuir uma hipótese de incidência cuja materialidade independe de qualquer atividade estatal.
- () É um tributo vinculado indiretamente, por possuir uma hipótese de incidência consistente numa atuação estatal indiretamente referida ao contribuinte.
- () É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não se constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- () É um tributo vinculado diretamente, por possuir a sua hipótese de incidência consistente numa ação estatal diretamente referida ao contribuinte.

- A) I, II, III, IV
- B) II, IV, III, I
- C) II, IV, I, III
- D) III, I, II, IV

23. A competência tributária dos Municípios é a aptidão para criação de tributos, dentro de certos limites. No que diz respeito aos tributos municipais, marque V para as alternativas verdadeiras e F para as alternativas falsas e, em seguida, assinale a sequência correta:

- () IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de propriedade imóvel localizada em zona urbana ou extensão urbana.
- () O ITBI tem como fato gerador a transmissão, “inter vivos”, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bens imóveis; quando há a transmissão a qualquer título de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia; ou quando há a cessão de direitos relativos às transmissões acima mencionadas.
- () O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar 116/2003, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

- A) V, F, V
- B) V, V, V
- C) F, V, F
- D) F, V, V



24. Modalidade de licitação é a forma de conduzir o procedimento licitatório a partir de critérios definidos em lei. Em relação às modalidades de licitação, marque V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas:

- () Convite é a modalidade entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela administração.
- () Pregão é a modalidade da qual podem participar quaisquer interessados que na fase de habilitação preliminar comprovem possuir requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do objeto da licitação.
- () Tomada de preço é a modalidade realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- () Concorrência é a modalidade licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens e serviços comuns é feita em sessão pública. Os licitantes apresentam suas propostas de preço por escrito e por lances verbais, independentemente do valor estimado da contratação.

Assinale a sequência correta:

- A) F, F, V, V
- B) V, F, V, F
- C) V, F, V, F
- D) F, V, F, V

25. Em relação à dispensa e inexigibilidade das licitações, marque a opção INCORRETA:

- A) Dispensa é figura que isenta a Administração do regular procedimento licitatório, apesar de no campo fático ser viável a competição, pela existência de vários particulares que poderiam ofertar o bem ou serviço.
- B) Inexigibilidade se define pela impossibilidade de licitar por inexistirem produtos ou bens que tenham características aproximadas e que, indistintamente, possam servir ao interesse público, ou por inexistir pluralidade de particulares que possam satisfazer o fornecimento de bens e serviços.
- C) Há inexigibilidade quando ocorrem, em caso concreto, circunstâncias especiais, de fato ou de direito, previstas em lei, as quais, porque inviabilizadoras de competição, afastam peremptoriamente a licitação, consubstanciando numa presunção relativa de que a licitação não pode ser realizada.
- D) A inexigibilidade ocorrerá quando estiver ausente o pressuposto jurídico, quer dizer, não há interesse jurídico válido em se proceder à disputa, ou melhor, o interesse público é mais bem contemplado se a contratação for direta e imediata, devendo ser avaliada, de regra, a oportunidade e a conveniência de se licitar, embora haja viabilidade em se efetivar a competição.

26. Em relação à Lei Responsabilidade Fiscal, marque a opção INCORRETA:

- A) A Lei de Responsabilidade Fiscal por ser uma lei complementar não pode estabelecer normas que orientam as finanças públicas no País.
- B) A Lei de Responsabilidade Fiscal se apoia em quatro eixos: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização.
- C) Devem obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- D) Até a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para a maioria dos Municípios, era apenas um mero indicador de intenções genéricas do governo municipal.

27. Direito Financeiro aborda todo o conjunto das normas sobre todas as instituições financeiras: receitas, despesas, orçamento, crédito e processo fiscal. De acordo com o exposto, marque a opção correta:

- A) As receitas tributárias podem ser classificadas em ordinárias, extraordinárias e compulsórias.
- B) Receita pública é a entrada que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem crescer o seu vulto, como elemento novo e positivo. As receitas podem ser gratuitas ou obrigatórias.
- C) Receitas transferidas são aquelas que não podem ser repassadas por outro ente político, que as arrecadou, pelo sistema de cobrança de tributos, preços públicos ou tarifas.
- D) As despesas podem ser classificadas em ordinárias, extraordinárias e compulsórias.

28. A Lei 8.112/90, chamada Lei do Servidor Público ou RJU (Regime Jurídico Único), dispõe no título IV, dentre outras coisas, os deveres e proibições inerentes ao servidor público e as responsabilidades decorrentes de suas atribuições. Dentre os deveres do servidor, marque a opção INCORRETA:

- A) Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
- B) Ser leal às instituições a que servir.
- C) Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
- D) Observar as normas legais e regulamentares.



29. O art. 12, da Lei n. 4.320/64, classifica a despesa em despesas correntes, subdividindo-se em despesas de custeio e transferências correntes, e em despesas de capital, que por sua vez englobam os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital. Em relação a esta classificação, marque a opção INCORRETA:

- A) As transferências correntes são investimentos ou inversões financeiras que devam se realizar independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços.
- B) São subvenções as transferências que cobrem despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se em sociais e econômicas.
- C) Investimentos são, de modo geral, as despesas destinadas ao planejamento e à execução de obras.
- D) As inversões financeiras destinam-se à aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, à aquisição de títulos de empresas ou entidades, já constituídas, desde que não importe aumento do capital, e à constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas.

30. De acordo com o CTN, art. 139; “O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta” e Art. 141 “O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias”. De acordo com o crédito tributário, marque a opção INCORRETA:

- A) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- B) Após regularmente ser constituído, o crédito tributário as autoridades fazendárias podem suspender a sua exigibilidade ou excluí-la.
- C) Crédito tributário é a obrigação tributária exigível, devidamente lançada e possível de cobrança.
- D) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

31. Em relação aos Princípios do Direito Tributário, marque a opção correta:

- A) O princípio fundamental do sistema tributário é a legalidade, pois não há tributo que não seja preconizado pela lei formal e material, que descreva a hipótese da incidência, a base de cálculo etc., com a identificação do sujeito ativo e passivo.
- B) O princípio da irretroatividade permite que a criação de tributos seja retroativa a data da promulgação ou no mesmo exercício financeiro da publicação da lei, por ferir um princípio do direito adquirido.
- C) Princípio da igualdade é o princípio onde tributos criados não são pagos por todos de forma uniforme e proporcional a riqueza gerada decorrente de rendimentos, patrimônio e atividades econômicas do contribuinte.
- D) O princípio da Uniformidade não proíbe a cobrança de tributos com distinção em favor de qualquer pessoa jurídica de direito público.

32. Em relação ao Imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI, marque a opção INCORRETA:

- A) Compete ao Município onde estiver situado o bem.
- B) Não incidirá sobre transmissão de direitos reais de garantia (hipoteca, por exemplo).
- C) Não incidirá sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- D) Poderá ser progressivo no tempo, conforme previsão do art. 182, § 4.º, II da CF. Tal progressividade visa garantir o cumprimento da função social da propriedade, onerando de forma mais gravosa os imóveis que não a cumprirem. É um instrumento de política de planejamento urbano.

33. A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e têm por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. Em relação aos elementos da obrigação tributária, marque a opção correta:

- A) Fato Gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência. Da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- B) Sujeito Ativo é a pessoa física ou jurídica obrigada por lei ao cumprimento da prestação tributária, denominada contribuinte ou responsável.
- C) Sujeito Passivo: é a pessoa jurídica de direito público ou privado competente para exigir tributos, como será melhor explicado mais adiante.
- D) Sujeito ativo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.



34. Na execução de suas atividades os órgãos da Administração direta e indireta são regidos por normas que além destas normas específicas há preceitos gerais que informam amplos campos de atuação, conhecidos como princípios do direito administrativo. Na constituição de 1998 estão citados como princípios os seguintes: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. De acordo com estes princípios, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas e, em seguida, marque a sequência correta:

- () Princípio da legalidade - referido como um dos sustentáculos da concepção de Estado de Direito e do próprio regime jurídico-administrativo, o princípio da legalidade vem definido no inciso II do art. 5.º da Constituição Federal quando nele se faz declarar que: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".
- () Princípio da impessoalidade - pode ser definido como aquele que determina que os atos realizados pela Administração Pública, ou por ela delegados, devam ser sempre imputados ao ente ou órgão em nome do qual se realiza, e ainda destinados genericamente à coletividade, sem consideração, para fins de privilegiamento ou da imposição de situações restritivas, das características pessoais daqueles a quem porventura se dirija.
- () Princípio da moralidade é aquele que determina que os atos da Administração Pública devam estar inteiramente conformados aos padrões éticos dominantes na sociedade para a gestão dos bens e interesses públicos, sob pena de invalidade jurídica.
- () Princípio da publicidade é aquele que exige, nas formas admitidas em Direito, e dentro dos limites constitucionalmente estabelecidos, a obrigatória divulgação dos atos da Administração Pública, com o objetivo de permitir seu conhecimento e controle pelos órgãos estatais competentes e por toda a sociedade.

- A) V, F, V, F
- B) V, V, V, V
- C) F, V, F, V
- D) V, V, F, F

35. Em relação à Lei 8.666, Seção II – Definições, que trata das licitações, relacione a segunda coluna de acordo com a primeira e, em seguida, marque a sequência correta:

- (I) Obra
- (II) Serviço
- (III) Compra
- (IV) Alienação

- () Toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração.
- () Toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- () Toda transferência de domínio de bens a terceiros.
- () Toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

- A) I, II, III, IV
- B) II, IV, III, I
- C) II, I, IV, III
- D) I, III, II, IV

36. A concessão de regime jurídico dos bens públicos decorre dos interesses que o Poder Público representa quando atua, são eles: Inalienabilidade, Imprescritibilidade e Impenhorabilidade. De acordo com este regime jurídico, associe a segunda coluna de acordo com a primeira e, em seguida, marque a sequência correta:

- (1) Inalienabilidade.
- (2) Imprescritibilidade.
- (3) Impenhorabilidade.

- () É a característica dos bens públicos que impedem que sejam adquiridos por usucapião. Os imóveis públicos, urbanos ou rurais, não podem ser adquiridos por usucapião.
- () Em regra geral, os bens públicos não podem ser alienados (vendidos, permutados ou doados).
- () É a característica dos bens públicos que impedem que sejam eles oferecidos em garantia para cumprimento das obrigações contraídas pela Administração junto a terceiros.

- A) 2, 1, 3
- B) 1, 2, 3
- C) 2, 3, 1
- D) 1, 3, 2



37. A definição inicial sobre o que é Administração Direta e Indireta parte do Decreto-Lei 200/1967, que assim a estabelece no âmbito do Governo Federal: Art. 4º - A administração federal compreende: I - a administração direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios; II - a administração indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias; empresas públicas; sociedades de economia mista; fundações públicas. Em relação a esta categoria de entidades, relacione a segunda coluna de acordo com a primeira e, em seguida, assinale a sequência correta:

- (I) Autarquias.
 - (II) Empresas públicas.
 - (III) Sociedade de economia mista.
 - (IV) Fundações públicas.
- () Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
 - () A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou a entidade da administração indireta.
 - () O serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
 - () A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

- A) I, III, II, IV
- B) III, II, IV, I
- C) IV, III, I, II
- D) II, IV, III, I

38. Conforme Art. 1º, §1º da Lei 4.717/65, patrimônio público é o conjunto de bens e direitos, mensurável em dinheiro, que pertence à União, a um Estado, a um Município, a uma autarquia ou empresa pública. Acerca do assunto, marque a opção INCORRETA:

- A) Patrimônio público é o conjunto de bens e direitos, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados ou mantidos com recursos públicos, integrantes do patrimônio de qualquer entidade pública ou de uso comum, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios futuros inerentes à prestação de serviços públicos.
- B) O patrimônio público é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.
- C) O patrimônio público deve ser cuidado quando o patrimônio estiver vinculado a um determinado ente federado - União, a um Estado ou a um Município - a ele cabe, através dos seus agentes públicos, em primeiro lugar, adotar todas as providências necessárias à sua preservação e conservação.
- D) Os elementos patrimoniais são classificados em ativo circulante com base em seus atributos de conversibilidade, exigibilidade e interesse social.

39. Bens Públicos são todos aqueles que integram o patrimônio da Administração Pública direta e indireta. São públicos os bens de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem (art. 98 do CC). – As empresas públicas e as sociedades de economia, embora sejam pessoas jurídicas de direito privado, integram as pessoas jurídicas de direito público interno, assim os bens destas pessoas também são públicos. Em relação aos bens públicos, marque a opção CORRETA:

- A) Bens de uso comum são aqueles destinados a uma finalidade específica.
- B) Bens dominicais são aqueles destinados ao uso indistinto de toda população.
- C) Bem de uso especial são aqueles que não estão destinados nem a uma finalidade comum e nem a uma especial.
- D) Para fins de registros contábeis os bens públicos devem ser classificados como bens móveis, bens imóveis e bens de natureza industrial.

40. Estágio da receita é cada passo identificado que evidencia o comportamento da receita e facilita o conhecimento e a gestão dos ingressos de recursos. São estágios da receita: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. De acordo com estes estágios, marque a opção correta:

- A) Recolhimento é a estimativa do que se pretende arrecadar durante o exercício.
- B) Arrecadação é a relação individualizada dos contribuintes, discriminando a espécie, o valor e o vencimento do imposto de cada um, ou seja, é o assentamento dos débitos futuros dos contribuintes.
- C) Previsão é a estimativa do que se pretende arrecadar durante o exercício.
- D) Lançamento é o momento em que os contribuintes comparecem perante aos agentes arrecadadores a fim de liquidarem suas obrigações para com o estado.